



CIRCULARIDADE  
NA CONSTRUÇÃO



**BUILTCOLAB**  
DIGITAL BUILT ENVIRONMENT

# Gestão de RCD – Principais alterações legislativas

10.05.2022

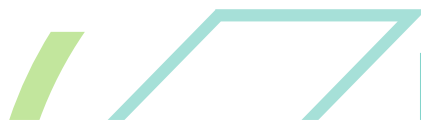


**apa**  
agência portuguesa  
do ambiente

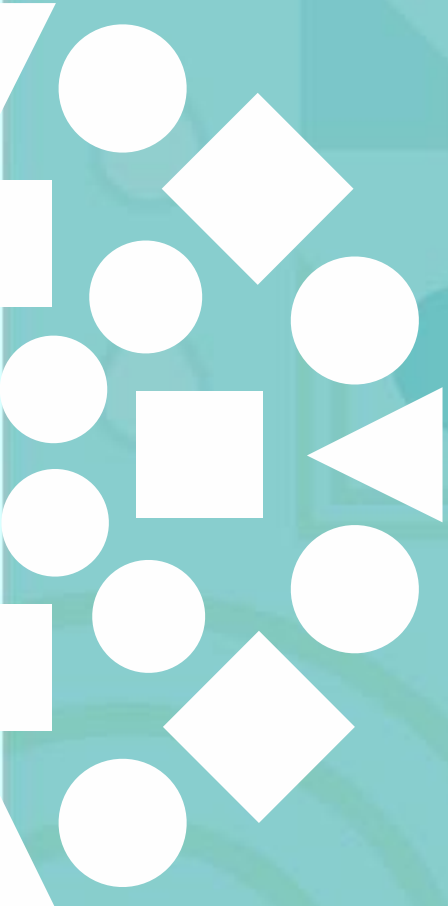


# ÍNDICE DA APRESENTAÇÃO

1. Decreto-Lei n.º 46/2008
2. Decreto-Lei n.º 102-D/2020, na atual redação
3. Principais Alterações
4. Articulação da Legislação
5. O Papel dos Municípios
6. Licenciamento de Operações de Gestão de RCD
7. Transporte



**Decreto-Lei n.º 46/2008, de 11 de Março**



# Decreto-Lei n.º 46/2008, de 11 de Março

- Estabeleceu o regime das operações de gestão de RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação, foi lançada a primeira de uma série de medidas legislativas e normativas no sentido de se colmatarem lacunas de conhecimento, e de se promover a aplicação da hierarquia de resíduos.
- Resultou de uma iniciativa nacional sendo que, contrariamente ao que aconteceu com outros fluxos de resíduos, a União Europeia não emanou legislação específica para os RCD.



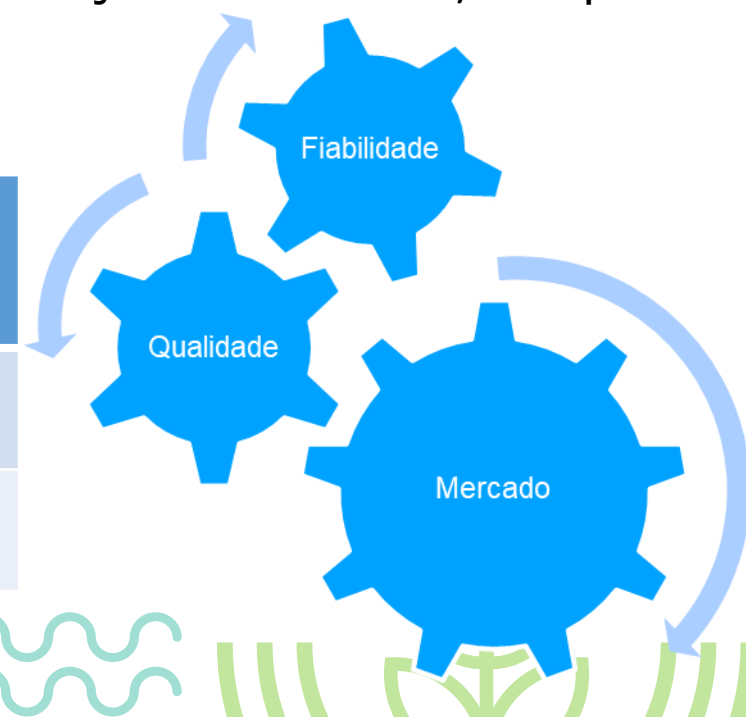
# Decreto-Lei n.º 46/2008, de 11 de Março

O principal objetivo do diploma assentou na criação de condições legais para a correta gestão dos RCD que privilegiasse a prevenção da produção e da perigosidade, o recurso à triagem obrigatória na origem, à reciclagem e a outras formas de valorização, diminuindo-se a utilização de recursos naturais e minimizando o recurso à deposição em aterro, o que subsidiariamente conduz a um aumento do tempo de vida útil.

## Melhoria da identificação, da separação na origem e da recolha de resíduos

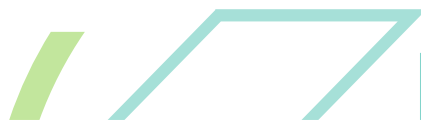
Melhoria da logística de resíduos

Melhoria do processamento de resíduos

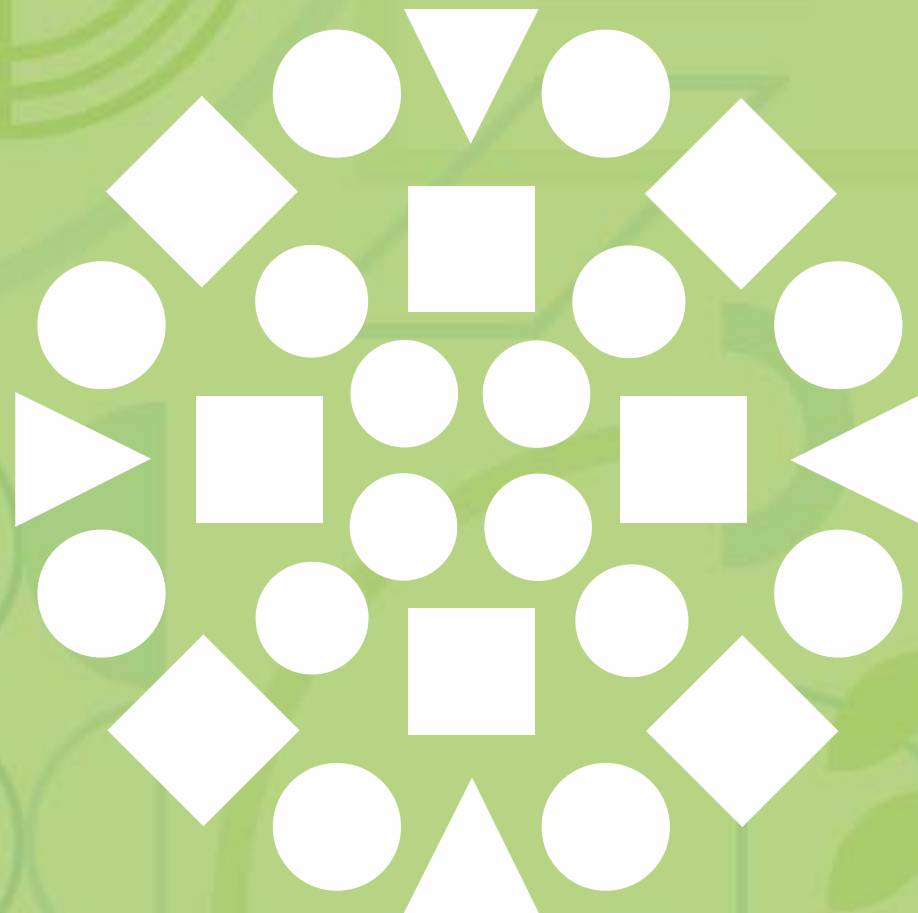


# Decreto-Lei n.º 46/2008, de 11 de Março

- Volvidos mais de 10 anos sentiu-se a necessidade de alterar o regime dos RCD pelo que no dia 10 de dezembro de 2020 foi publicado em Diário da República, Série I, o Decreto-Lei n.º 102-D/2020 que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (EU) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.
- O decreto-lei em apreço procede à aprovação do novo Regime Geral da Gestão de Resíduos (nRGGR), que entrou em vigor no dia 1 de julho de 2021.
- **CAPÍTULO VI - RCD**



**Decreto-Lei n.º 102-d/2020, de 10 de dezembro**



# Decreto-Lei n.º 102-d/2020, de 10 de dezembro

Entrada em vigor a 01.07.2021

[Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto](#)

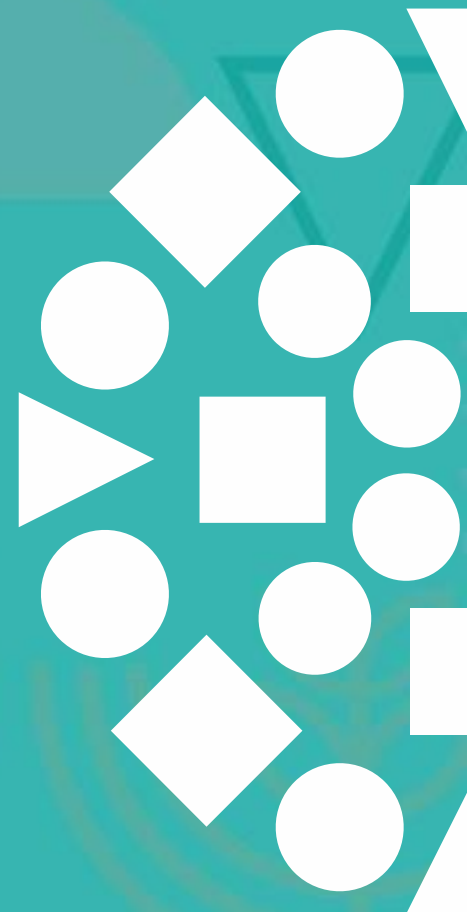
Alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 102 -D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.

[Declaração de Retificação n.º 3/2021, de 21 de janeiro](#)

Retifica o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, do Ambiente e Ação Climática, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852



# Decreto-Lei n.º 102-D/2020 – RCD – Principais alterações



# Decreto-Lei n.º 102-D/2020 – RCD – Principais alterações

Entrada em vigor a 01.07.2021

## Artigo 2.º Âmbito de aplicação

1 - O presente regime é aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos, incluindo as transferências de resíduos.

2 - Excluem-se do âmbito de aplicação do presente regime:

[...]

c) O solo não contaminado e outros materiais naturais resultantes de escavações no âmbito de atividades de construção, desde que os materiais em causa sejam utilizados para construção no seu estado natural e no local em que foram escavados;

Obra de Origem



# Resíduos de Construção e Demolição

## REUTILIZAÇÃO DE SOLOS E ROCHAS NÃO CONTAMINADOS [Art.6.º]

➤ devem ser reutilizados na obra de origem

➤ podem ser reutilizados ainda:

- noutra obra sujeita a licenciamento ou comunicação prévia;
- na recuperação ambiental e paisagística de explorações mineiras e de pedreiras;
- na cobertura de aterros destinados a resíduos mediante autorização da autoridade competente;
- em local licenciado pela CM, nos termos do DL n.º 139/89, de 28 de Abril, na sua redação atual.

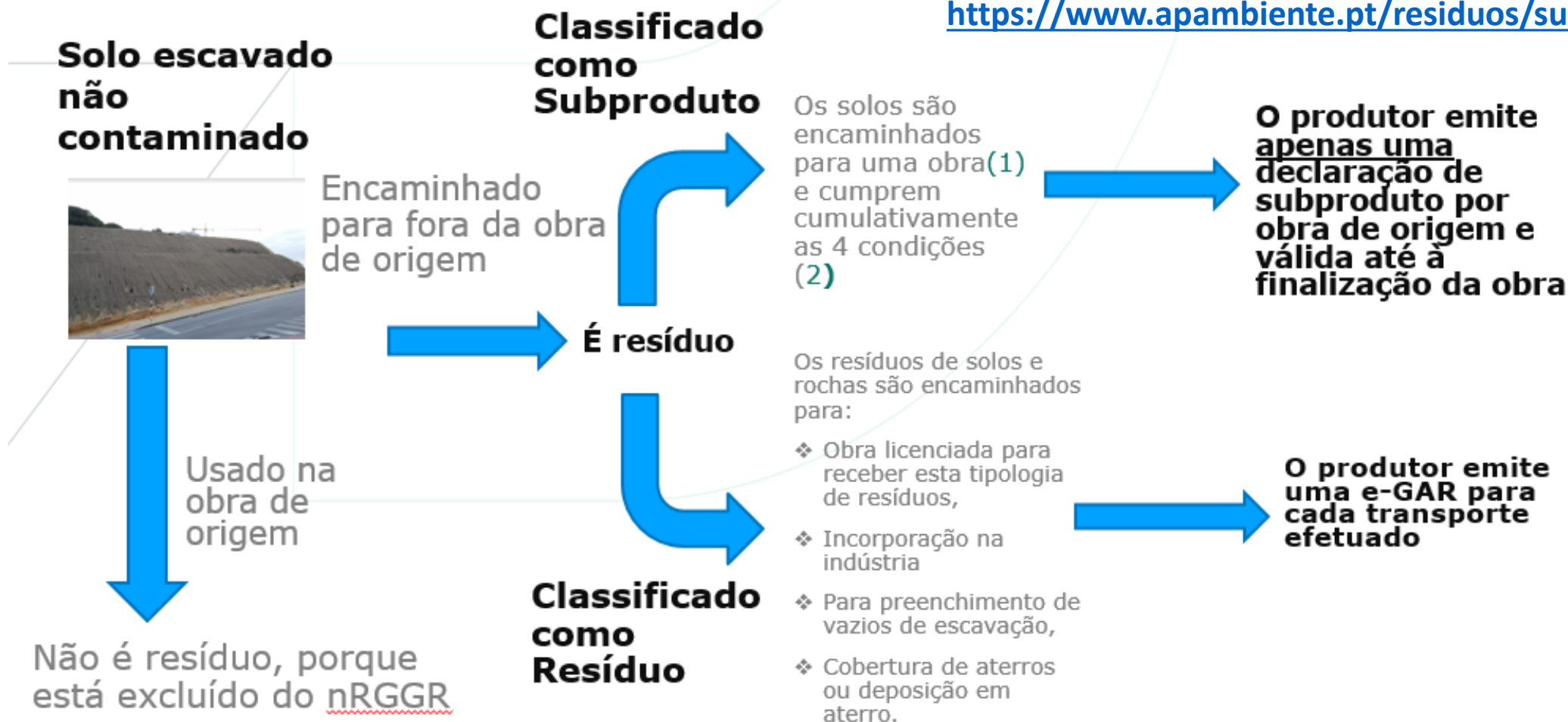
O artigo 6.º não  
tem  
correspondência

II) «Reutilização», qualquer operação mediante a qual produtos ou componentes que não sejam resíduos são utilizados novamente para o mesmo fim para que foram concebidos;



# Esquema de Gestão de Solos e Rochas

<https://www.apambiente.pt/residuos/subprodutos>



(1) Obras de origem e de destino de acordo com o ponto 8 da “Nota Técnica – Classificação de solos e rochas como subproduto”.

(2) De acordo com o ponto 6 da “Nota Técnica – Classificação de solos e rochas como subproduto” (vide n.º 1 do art.º 91.º nRGGR).

## Decreto-Lei n.º 46/2008

### Resíduo de Construção e Demolição

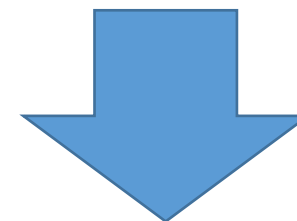
O resíduo proveniente de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição e da derrocada de edificações



Deste modo, é considerado RCD, qualquer resíduo proveniente de obras anteriormente descritas, incluindo os fluxos específicos de resíduos neles contidos, sendo que os RU ou similares, não se incluem nesse universo.

## Decreto-Lei n.º 102-D/2020 RCD

cc) «Resíduo de construção e demolição», o resíduo proveniente de atividades de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição e da derrocada de edificações;



Capítulo 17 da Lista Europeia de Resíduos

Nota: em obra produzem-se outros resíduos que não RCD



## Artigo 10.º

### Âmbito da gestão dos resíduos urbanos

[...]

8 - O âmbito da gestão dos resíduos urbanos não inclui os resíduos do processo produtivo, da agricultura, da silvicultura, das pescas, de fossas sépticas ou redes de saneamento e tratamento, incluindo as lamas de depuração, os veículos em fim de vida, Resíduos de Construção e Demolição (RCD), bem como os resíduos da indústria, resíduos do comércio e outras atividades não previstos no n.º 3 ou cujos resíduos sejam provenientes das tipologias referidas no n.º 6.



## Artigo 21.º

### Objetivos e metas de prevenção

e) Em 2025, reduzir em 5 % a quantidade de resíduos não urbanos por unidade de produto interno bruto (PIB), em particular no setor de construção civil e obras públicas, face aos valores de 2018;

f) Em 2030, reduzir em 10 % a quantidade de resíduos não urbanos por unidade de PIB, em particular no setor de construção civil e obras públicas, face aos valores de 2018.

NOVO



## Artigo 27.º

[...]

1 - ...

a) ...

b) A partir da data de entrada em vigor do presente regime, um aumento mínimo para 70 %, em peso, relativamente à preparação para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material, incluindo operações de enchimento que utilizem resíduos como substituto de outros materiais, de RCD não perigosos, com exclusão dos materiais naturais definidos na categoria 17 05 04 da LER **em que o peso relativo da preparação para reutilização e reciclagem seja no mínimo 50 % em 2025;**

NOVO





## Artigo 28.º

### **Conceção, produção e distribuição de produtos que geram resíduos**

5 - É obrigatória a utilização de pelo menos 10 % de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação de empreitadas de construção e de manutenção de infraestruturas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (CCP).

**Antes era 5%!**



## Artigo 29.º

### Obrigações dos produtores de resíduos

1 - Todos os produtores ou detentores de resíduos devem:

- a) Adotar medidas de prevenção da produção de resíduos;
- b) Adotar medidas com vista a garantir a gestão dos resíduos de acordo com a hierarquia da gestão de resíduos;
- c) Assegurar a triagem preliminar dos resíduos, quando não coloquem em causa a saúde humana ou o ambiente, de forma a permitir a recolha seletiva dos resíduos com vista à sua valorização.

2 - Os produtores de resíduos não abrangidos pelo n.º 2 do artigo 9.º devem, ainda:

- a) Armazenar os resíduos produzidos no local de produção de acordo com normas técnicas estabelecidas, caso existam, por um período não superior a três anos, nos casos em que não seja aplicável um regime jurídico de licenciamento da atividade que aprove outras condições para a sua armazenagem;
- b) Classificar corretamente os resíduos de acordo com a LER, podendo, tendo em vista a aplicação harmonizada da LER, ser definidas normas de clarificação, a aprovar por despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente;
- c) Determinar, para efeitos da alínea anterior, se o resíduo é perigoso quando este é classificado por uma entrada espelho de acordo com a LER;
- d) Garantir o seu correto acondicionamento;

**Artigos 54.º e 55.º**  
**Tempo mínimo**

Novo

## Artigo 35.º

### Recolha de resíduos

Armazenagem  
em local análogo  
à obra  
(estaleiro fixo do  
produtor do  
resíduo)

- 1 - Integram a rede de recolha de resíduos os pontos de recolha e os centros de recolha.
- 2 - A armazenagem preliminar de resíduos apenas pode ter lugar por períodos não superiores a três anos, nas instalações onde é realizada.
- 3 - Os sistemas municipais e multimunicipais são obrigados a rececionar todos os resíduos, incluindo os resíduos perigosos, cuja gestão lhes compita nos termos da lei.
- 4 - Os centros de recolha de resíduos estão sujeitos ao cumprimento de normas técnicas estabelecidas pela ANR atendendo a critérios de qualidade técnica e eficiência, a publicitar no seu sítio na Internet no prazo máximo de um ano a contar da publicação do presente regime.

Novo

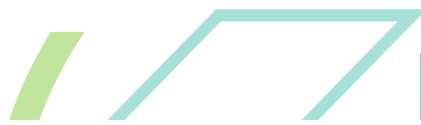


## Artigo 31.º

1 - Até 1 de janeiro de 2025, as entidades responsáveis pelo sistema municipal de gestão de resíduos urbanos disponibilizam uma rede de recolha seletiva para os seguintes resíduos, cuja gestão lhes está cometida nos termos do artigo 9.º:

- a) Resíduos têxteis;
- b) Resíduos volumosos, incluindo colchões e mobiliário;
- c) Resíduos perigosos;
- d) Óleos alimentares usados;
- e) Resíduos de construção e demolição resultantes de pequenas reparações e obras de bricolage em habitações.

2 - As entidades referidas no número anterior integram os custos de instalação e de gestão desta rede nas tarifas a aplicar aos cidadãos e aos produtores de resíduos urbanos ou aos utilizadores do sistema.



# Decreto-Lei n.º 102-D/2020 – alterado pela Lei 52/2021

## Artigo 36.º [...]

1 - ...

2 - Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, os municípios, de acordo com as respetivas competências, operacionalizam a recolha seletiva, no mínimo, das seguintes frações de resíduos:

- a) Papel, metais, plástico e vidro;
- b) Biorresíduos, até 31 de dezembro de 2023;
- c) Têxteis, até 1 de janeiro de 2025;
- d) Óleos alimentares usados;
- e) Resíduos perigosos, até 1 de janeiro de 2025;
- f) Resíduos de mobiliário e outros resíduos volumosos, até 1 de janeiro de 2025;
- g) Resíduos de construção e demolição resultantes de pequenas reparações e obras de bricolage em habitações

Novo



### Artigo 3.º

#### Responsabilidade da gestão de RCD

1 - A gestão dos RCD é da responsabilidade de todos os intervenientes no seu ciclo de vida, desde o produto original até ao resíduo produzido, na medida da respectiva intervenção no mesmo, nos termos do disposto no presente decreto-lei.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os RCD produzidos em obras particulares isentas de licença e não submetidas a comunicação prévia, cuja gestão cabe à entidade responsável pela gestão de resíduos urbanos.



### Artigo 49.º

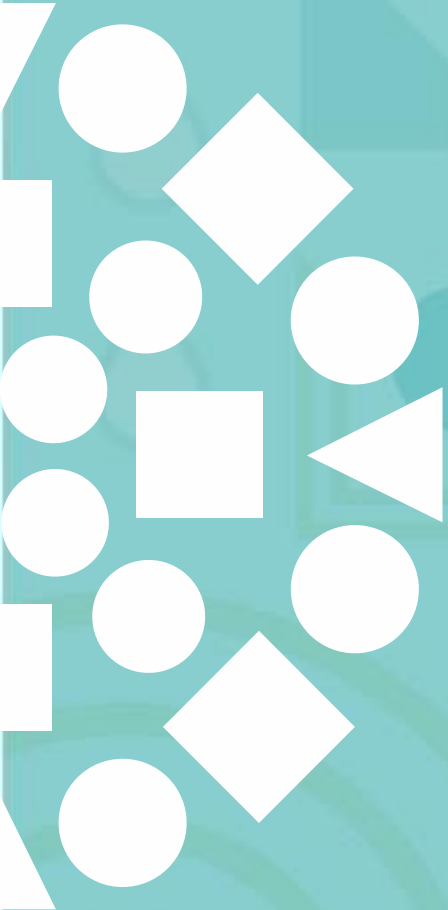
#### Responsabilidade pela gestão de resíduos de construção e demolição

1 — A gestão dos RCD é da responsabilidade do produtor do resíduo (...).  
(...)

3 - Exceptuam-se do disposto no n.º 1 os RCD resultantes de pequenas reparações e obras de bricolage em habitações pelo próprio proprietário ou arrendatário, cuja recolha, transporte e/ou receção cabe ao sistema municipal responsável pela recolha dos resíduos urbanos, o qual deve estabelecer procedimentos específicos para a recolha deste tipo de resíduos.



# Articulação da Legislação



# Resíduos de Construção e Demolição

## ENQUADRAMENTO LEGAL E RESPETIVA ARTICULAÇÃO

Legislação RCD

Legislação de Construção

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (DL 555/99, 16.12, na sua redação atual)

Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, 29.01, na sua redação atual)



## ARTICULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

### A gestão de RCD

pode condicionar os actos administrativos associados às obras

Licenciamento da Obra Particular

RJUE

DL 555/99, 16.12, na sua redacção actual

(artigos 7º, 53º, 57º, 86º)

Recepção da obra pública

CCP

Decreto-Lei n.º 18/2008, 29.01, na sua redacção actual

(artigos 43º, 394º, 395º)

# Resíduos de Construção e Demolição

## ARTICULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

### Obra Particular

#### Obras de Urbanização

Estabelece as condições a observar na execução das obras para dar cumprimento ao disposto no regime de gestão de RCD

#### Obras de Edificação

Fixa as condições a observar na execução da obra salvaguardando o cumprimento do disposto no regime de gestão de RCD

#### Conclusão e receção dos trabalhos

A limpeza da área de acordo com o regime de gestão de RCD é condição da emissão do alvará de utilização ou da receção provisória das obras de urbanização

### Obra pública

#### Projeto de execução

Deve ser acompanhado por um plano de prevenção e gestão de RCD

#### Receção provisória e definitiva

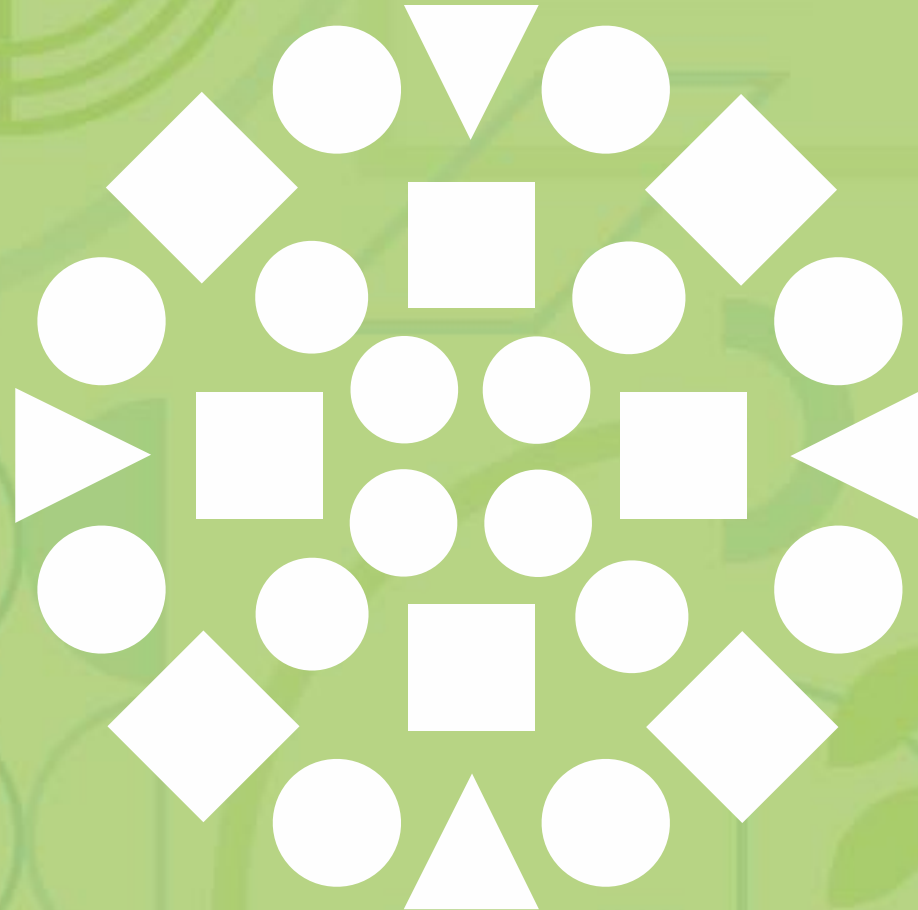
Fica condicionada pela verificação da correta execução do plano de prevenção e gestão de RCD, nos termos da legislação aplicável

#### Auto da receção provisória

O auto contém informação sobre o modo como foi executado o plano de prevenção e gestão de RCD



# O papel dos municípios



# O papel dos municípios

## Regulamentos Municipais

- Integrar questões relacionadas com a gestão dos RCD na fase de instrução dos pedidos, na fase de licenciamento ou admissão da comunicação prévia, durante a fase de execução da obra e quando da emissão de alvará de utilização/habitação ou receção provisória das obras de urbanização

### ➤ **Obras particulares sujeitas a controlo prévio**

Decisões devem contemplar a gestão dos RCD

Exemplos:

- Proibição de iniciar uma obra sujeita a licenciamento ou a comunicação prévia sem que o empreiteiro ou promotor responsável apresente o respetivo plano de gestão de resíduos;
- No livro de obra constar a data e o local de destino dos resíduos.



# O papel dos municípios

## ➤ **Obras particulares isentas de licença e não submetidas a comunicação prévia**

- Sensibilização e informação dos munícipes
- Prever condições para a gestão dos RCD

Exemplos:

- ✓ Proibição de depositar RCD em contentores de recolha de resíduos urbanos;
- ✓ Disponibilização/aluguer de big-bags/contentores;
- ✓ Serviço de recolha direta no local;
- ✓ Pontos de recolha de tintas sobrantes;
- ✓ Locais de armazenagem temporária, por exemplo, ecocentros.



# O papel dos municípios

## ➤ Obras públicas

- Elaboração do PPGRCD - <https://www.apambiente.pt/residuos/minutas-de-documentos>

Exemplos:

- O PPGRCD acompanhar o projeto de execução, a integrar o caderno de encargos;
- Receção provisória da obra dependente da correta execução do PPGRCD.
- Incorporação de 10% de materiais reciclados

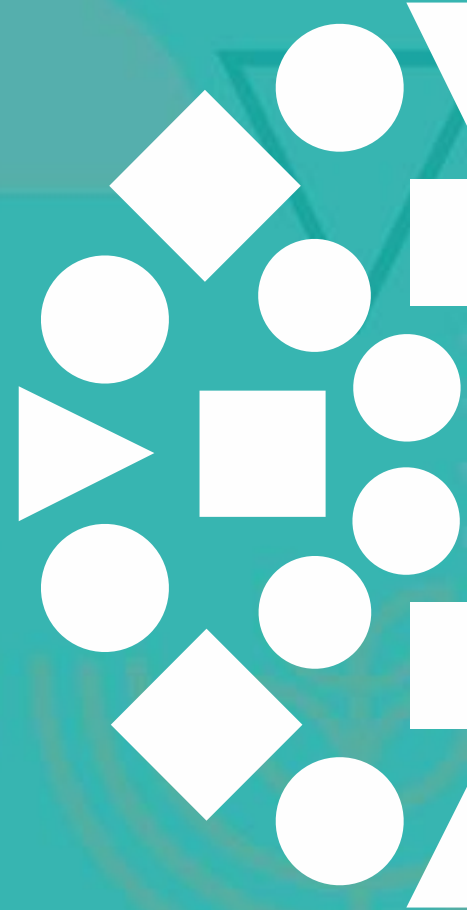
Exemplos:

- Declaração do técnico/projetista a atestar cumprimento da incorporação de 10% de materiais reciclados
- Fiscalização
- Programa de vistorias/fiscalizações às obras contemplando a correta gestão dos RCD

Envio dos RCD para valorização (em detrimento do envio para aterro)



# LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RCD



# LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RCD

## OPERAÇÕES SUJEITAS A LICENCIAMENTO

DECRETO-LEI Nº 178/2006, DE 5 DE SETEMBRO  
(NA SUA REDAÇÃO ATUAL)

- Armazenagem
- Triagem (\*)
- Tratamento
- Valorização
- Eliminação

(\*) As instalações de triagem e de operação de corte e/ ou britagem de resíduos de construção e demolição estão sujeitas aos requisitos técnicos constantes do anexo I do DL 46/2008

## Operações isentas de licenciamento

Decreto-lei n.º 46/2008

(Artigo 13.º)

- As operações de armazenagem de RCD na obra durante a sua execução;
- As operações de triagem e fragmentação de RCD na obra;
- As operações de reciclagem que impliquem a reincorporação de RCD no processo produtivo de origem;
- A realização de ensaios para avaliação prospetiva da possibilidade de incorporação de RCD em processo produtivo;
- A utilização de RCD em obra.

O artigo 13.º  
não tem  
correspondên  
cia



## Decreto-Lei n.º 46/2008

### Artigo 7.º

#### Utilização de RCD em obra

1 - A utilização de RCD em obra é feita em observância das normas técnicas nacionais e comunitárias aplicáveis.

2 - Na ausência de normas técnicas aplicáveis, são observadas as especificações técnicas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e homologadas pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e das obras públicas, relativas à utilização de RCD nomeadamente em:

- a) Agregados reciclados grossos em betões de ligantes hidráulicos;
- b) Aterro e camada de leito de infra-estruturas de transporte;
- c) Agregados reciclados em camadas não ligadas de pavimentos;

d) Misturas betuminosas a quente em

## Decreto-Lei n.º 102-D/2020 RCD

### Artigo 52.º

#### Utilização de resíduos de construção e demolição em obra

1 - Os RCD utilizados em obra podem ser provenientes da própria obra, de outra obra do mesmo produtor, ou de um operador de tratamento de resíduos.

2 - Os RCD podem ser utilizados em obra desde que cumpram o princípio da proteção da saúde humana e do ambiente previsto no artigo 6.º e satisfaçam as exigências técnicas para as aplicações a que se destinam.

3 - O cumprimento do disposto no número anterior é da responsabilidade do diretor de obra, quando aplicável ou, em alternativa, do responsável pela obra.



## Artigo 53.º

### Especificações técnicas para valorização de resíduos de construção e demolição

1 - A ANR define especificações técnicas que, após homologação pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e das obras públicas, são publicitadas no seu sítio na Internet.

2 - Os RCD valorizados de acordo com as especificações técnicas referidas no número anterior deixam de ser considerados resíduos, nos termos previstos no artigo 92.º

Novo



## Decreto-Lei n.º 46/2008

### **Artigo 13.º** **Operações isentas de licenciamento**

- As operações de armazenagem de RCD na obra durante a sua execução;
- As operações de triagem e fragmentação de RCD na obra;
- As operações de reciclagem que impliquem a reincorporação de RCD no processo produtivo de origem;
- A realização de ensaios para avaliação prospetiva da possibilidade de incorporação de RCD em processo produtivo;
- A utilização de RCD em obra.

## Decreto-Lei n.º 102-D/2020 RCD

### **Artigo 59.º** **Sujeição a licenciamento**

6 - Podem ser isentas de licenciamento, desde que previstas por regras gerais aprovadas nos termos do artigo 66.º:

- a) Operações de valorização de resíduos;
- b) Operações de eliminação de resíduos não perigosos efetuadas pelo seu produtor no local de produção.

**Art.º 66.º:** as regras gerais devem definir, para a operação de tratamento de resíduos em causa, pelo menos os tipos e quantidades de resíduos abrangidos e o método de tratamento a utilizar, de modo a assegurar que os resíduos são valorizados e/ou eliminados em conformidade com os princípios constantes do capítulo II do título I do RGGR.

As regras gerais são aprovadas pela ANR, após audição das ARR, e publicitadas no sítio na Internet da ANR.

## Regras Gerais

[RESÍDUOS](#) / [Fluxos específicos de resíduos](#) / [Resíduos de Construção e Demolição](#)  
/ [Regras Gerais](#)

O Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação, que estabelece o novo Regime Geral de Gestão de Resíduos (nRGGR), refere que podem ser isentas de licenciamento determinadas operações, desde que previstas por regras gerais aprovadas nos termos do artigo 66.º:

- a) Operações de valorização de resíduos;
- b) Operações de eliminação de resíduos não perigosos efetuadas pelo seu produtor no local de produção.

De acordo com o artigo 66.º, as regras gerais devem definir, para a operação de tratamento de resíduos em causa, pelo menos os tipos e quantidades de resíduos abrangidos e o método de tratamento a utilizar, de modo a assegurar que os resíduos são valorizados e/ou eliminados em conformidade com os princípios constantes do capítulo II do título I do nRGGR.

As regras gerais são aprovadas pela Autoridade Nacional de Resíduos (ANR), após audição das Autoridade Regionais de Resíduos, e publicitadas no sítio na Internet da ANR.





# Regras Gerais

Esta triagem e fragmentação deve cumprir os requisitos da seguinte regra geral:

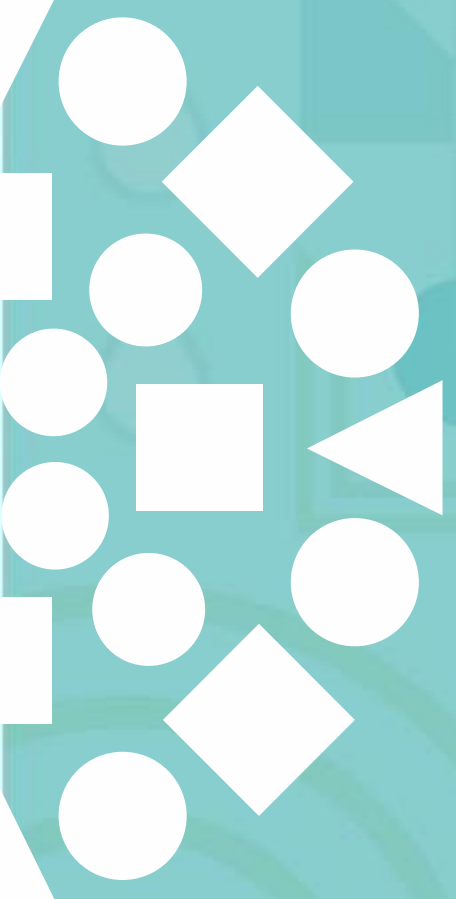
- Triagem mecânica e fragmentação em obra ou em local afeto à mesma pertencente ao produtor do resíduo

A utilização de RCD em obra constitui uma operação de tratamento, para promover a valorização e a incorporação em obra, publicam-se as seguintes regras gerais:

- Fresagem e Britagem de RCD
- Resíduo de Balastro da Via Férrea
- Incorporação de resíduos de Betão
- RCD mistos



# Transporte - eGAR



## SILIAMB

### Resíduos (SIRER)

MIRR

E-GAR

MRRU

SILOGR

CNED-VFV

REG

MTR-LV

MTR-LL

RP

Subproduto\*

Prevenção  
de resíduos\*

\* Módulos ainda não desenvolvidos

Recursos Hídricos

LUA

CELE

SEVESO

PRTR

Emissões  
atmosféricas

Gases  
Fluorados



# Enquadramento legislativo

Obrigatoriedade inscrição e registo de dados prevista no novo **Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR)**

## Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020

- Art.º 97º e 98º - Obrigação de inscrição e registo de dados – *Quem?*
- Art.º 99º - Informação objeto de registo – *O quê?*
- Art.º 101º – Prazos de inscrição e de registo – *Quando?*
- Art.º 38º - Transporte de resíduos no território nacional (e-GAR)

- Portaria de transporte de resíduos em território nacional

Portaria n.º 145/2017

- Regulamento de Funcionamento do SIRER

Portaria n.º 20/2022







## PRODUTOR/DETENTOR

NIF/NIPC	510306624
ORGANIZAÇÃO	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.
ESTABELECIMENTO	Edifício - SEDE - MURGUEIRA (APA00077658)
MORADA	Rua da Murgueira, 9/9A Ap. 7585
LOCALIDADE	AMADORA
CÓDIGO POSTAL	2610-124
CONCELHO	Amadora
NOTA DE VALIDAÇÃO	Validação efetuada eletronicamente pelo produtor/detentor do resíduo. Guia válida para circulação.



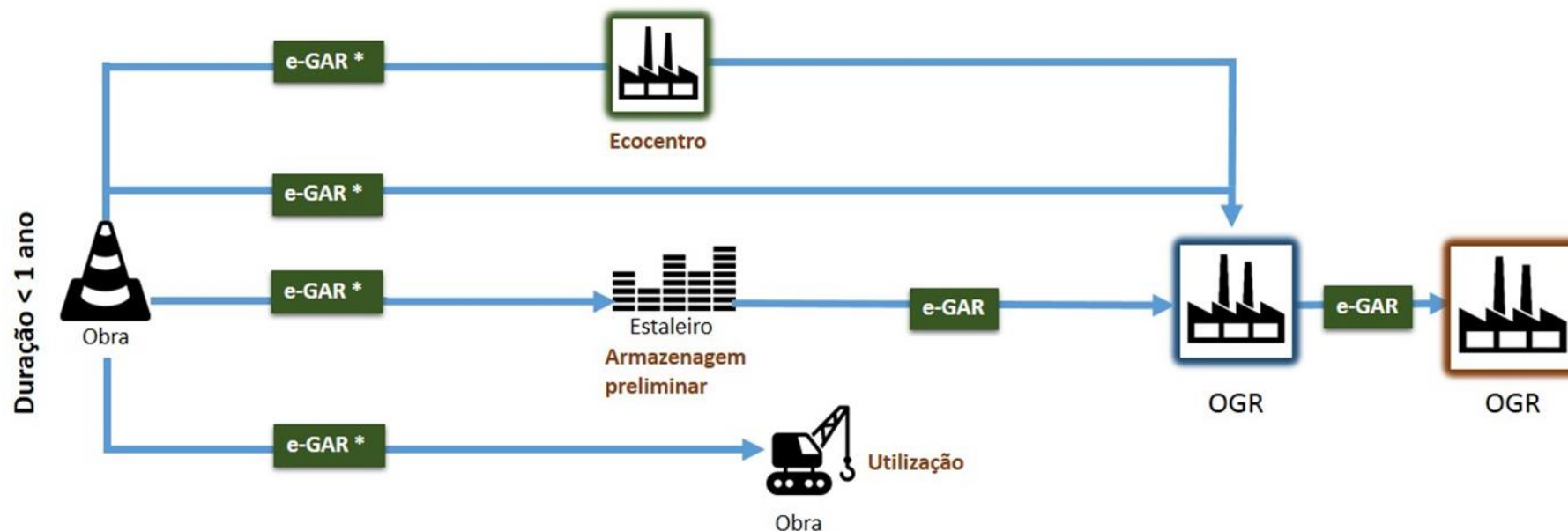
## PRODUTOR/DETENTOR

NIF/NIPC	510306624
ORGANIZAÇÃO	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.
TIPO DE DETENTOR	Obras RCD
MORADA	Rua xpto, n.º 24
LOCALIDADE	Lisboa
CÓDIGO POSTAL	1452-123
NOTA DE VALIDAÇÃO	Validação efetuada eletronicamente pelo produtor/detentor do resíduo. Guia válida para circulação.



# Transporte

## RCD / Obras com duração inferior a 1 ano

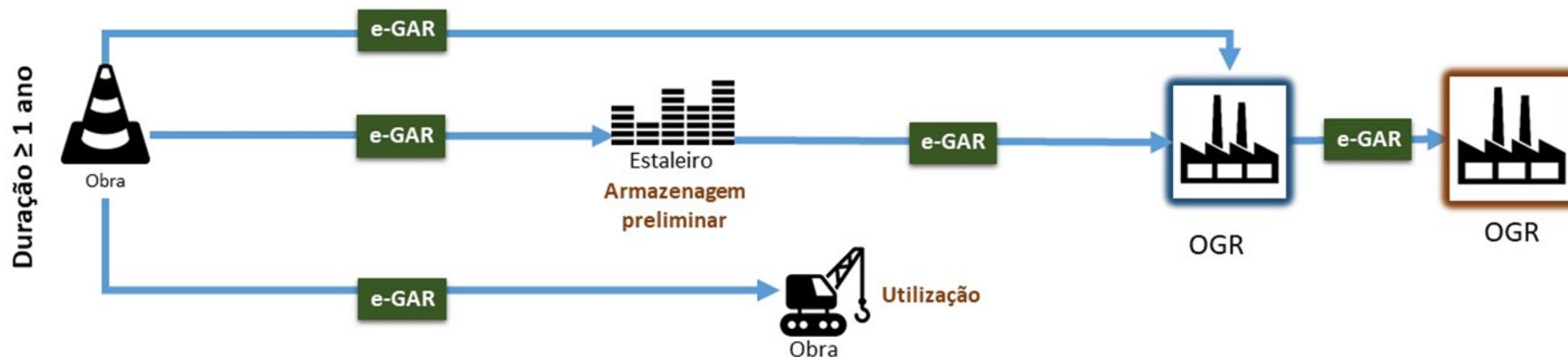


\*possibilidade de ser usada e-GAR emitida com perfil "Obras RCD". No entanto, caso a obra esteja inscrita no Siliamb utiliza-se a e-GAR genérica.

# Transporte

## RCD / Obras com duração igual ou superior a 1 ano

O artigo 16.º  
“desapareceu”  
Deixa de haver a  
obrigatoriedade de  
Certificado de Receção





# Resíduos de Construção e Demolição

[RESÍDUOS](#) / [Fluxos específicos de resíduos](#) / [Resíduos de Construção e Demolição](#)



Com o decreto-lei n.º 46/2008, de 12 de março, alterado pelo decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que estabelecia o regime das operações de gestão de RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação, foi lançada a primeira de uma série de medidas legislativas e normativas no sentido de se colmatarem lacunas de conhecimento, e de se promover a aplicação da hierarquia de resíduos.

Este diploma que resultou de uma iniciativa nacional, não obstante, a União Europeia ter estabelecido, com a publicação da diretiva 2008/98/CE, de 19 de novembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, para 2020 a meta de 70% de preparação para a reutilização, reciclagem e valorização de outros materiais, incluindo operações de enchimento utilizando resíduos como substituto de outros materiais, de resíduos de construção e demolição não perigosos, com exclusão de materiais naturais definidos na categoria 17 05 04 da lista de resíduos, foi revogado a 1 de julho de 2021 pelo decreto-lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro.

01. [Resíduos de Construção e Demolição com Amianto](#)
02. [Comissão Técnica do Amianto](#)
03. [Projeto Closer](#)
04. [Especificações Técnicas](#)
05. [Regras Gerais](#)
06. [Minutas de Documentos](#)
07. [Protocolo de Gestão de RCD da EU](#)
08. [Inquéritos aos Municípios](#)
09. [Reporte Comunitário](#)
10. [Acordo Circular](#)

## Documentos



Insira um termo de pesquisa.. 🔍

0 INÍCIO

1 SILIAMB

2 RESÍDUOS

eGAR

Enquadramento

Perguntas Frequentes

Isenções

ADR no Transporte de  
resíduos

Fluxos Específicos

MIRR

WebServices

3 GASES FLUORADOS



Início / Resíduos / eGAR / Perguntas Frequentes

## RESÍDUOS

### PERGUNTAS FREQUENTES

*Actualizado em Dezembro de 2021.*

Glossário:

RGGR - Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, alterado por Declaração de Retificação n.º 3/2021, de 21 de janeiro e Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto

Portaria e-GAR - [Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril](#), alterada pela [Portaria n.º 28/2019, de 18 de janeiro](#).

**QUESTÕES GERAIS:**







Insira um termo de pesquisa.. 

0

INÍCIO

1

SILIAMB



2

RESÍDUOS



eGAR



Fluxos Específicos



MIRR



Geral

Obrigações

Enquadramento

Taxa SIRER

Formulários

Pré-preenchimento do MIRR

Submissão e reabertura

Utilizar ficheiros Excel

• 1 de Fevereiro das 9h30 às 12h30 - Sessão para **Produtores, comerciantes/corretores e transportadores de Resíduos** - **[Apresentação disponível aqui](#)**. **[A gravação da sessão está disponível aqui](#)**

• 2 de Fevereiro das 9h30 às 12h30 - Sessão para **Operadores de Tratamento de Resíduos** - **[Apresentação disponível aqui](#)**

Consulte os documentos de apoio ao preenchimento do MIRR:

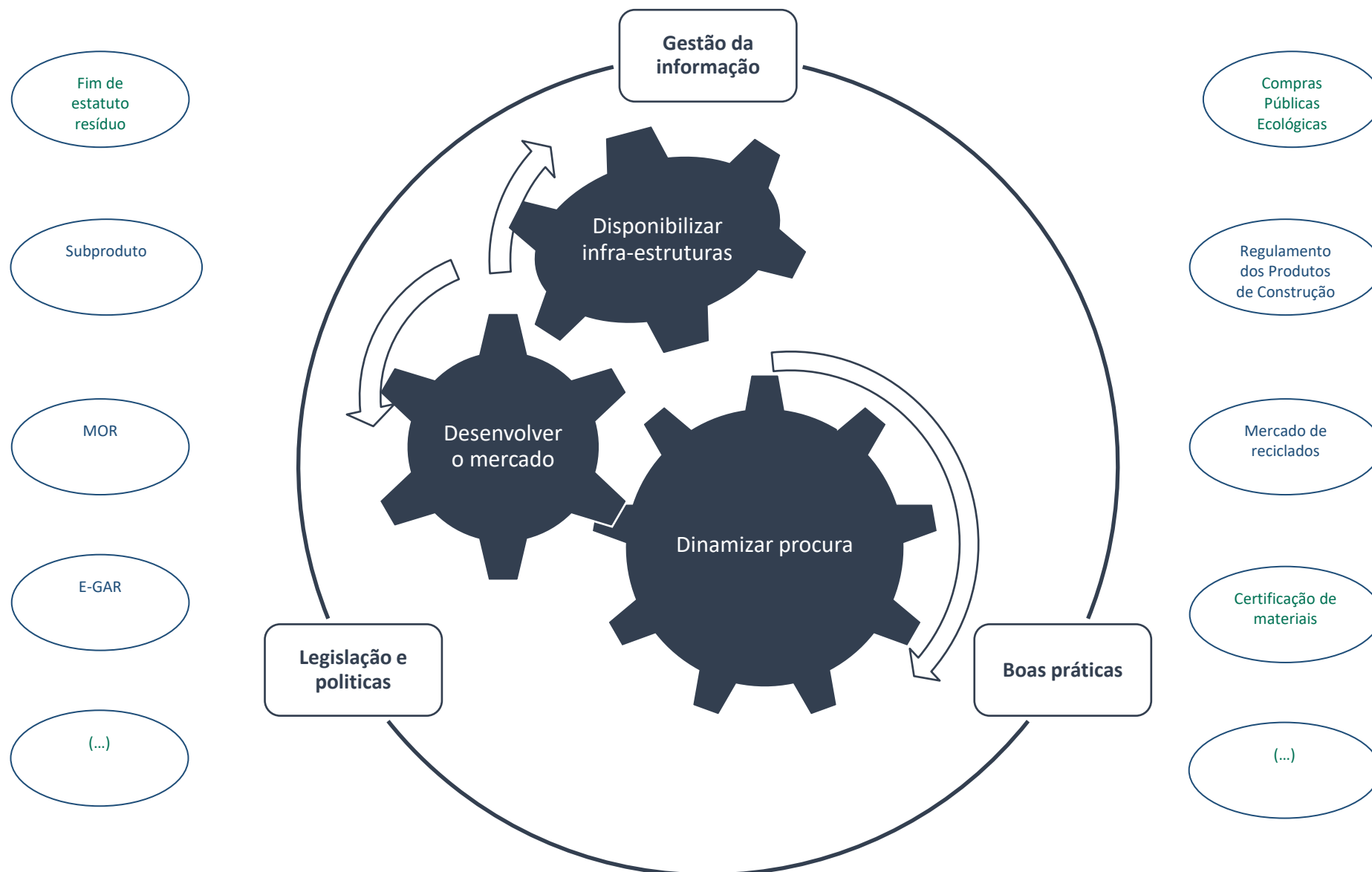
- [Manual de preenchimento do MIRR \(revisto em Novembro 2021\)](#)
- [Perguntas frequentes \(revisto em Janeiro 2022\)](#)

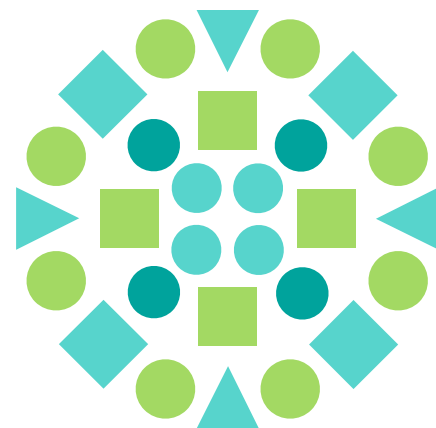
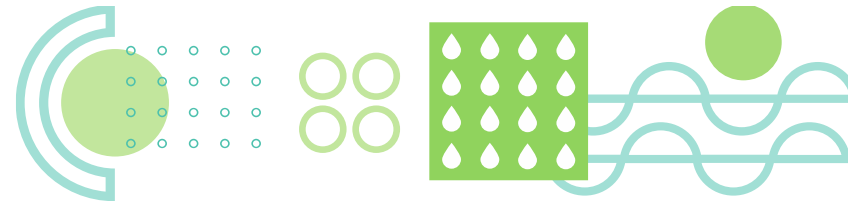
Em complemento, consulte também os documentos de apoio para setores específicos:

- [Gestores de aterros \(revisto em Janeiro 2022\)](#)
- [Gestores de CIRVER \(revisto em Dezembro 2021\)](#)
- [Produtores de lamas de ETAR \(revisto em Dezembro 2021\)](#)
- [Operadores de tratamento de lamas de depuração e/ou lamas de composição similar \(revisto em Dezembro 2021\)](#)
- [Gestores de instalações de incineração ou valorização energética \(revisto em Novembro 2021\)](#)
- [Utilizadores de produtos fitofarmacêuticos \(revisto em Novembro 2021\)](#)
- [Operadores de despoluição e desmantelamento de Veículos em Fim de Vida \(revisto em Novembro 2021\)](#)
- [Câmaras Municipais \(revisto em Novembro 2021\)](#)
- [Resíduos de Construção e Demolição \(revisto em Novembro 2021\)](#)
- [Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos \(SGRU\) \(revisto em Novembro 2021\)](#)
- [Produtores e operadores de tratamento de efluentes pecuários \(revisto em Dezembro 2021\)](#)



# Desafio





**apa**  
agência portuguesa  
do **ambiente**

**OBRIGADO**

[apambiente.pt](http://apambiente.pt)





- **Mapa Integrado de Registo de Resíduos**
- Reporte anual, até 31 março
- Resíduos não-urbanos (responsabilidade de gestão)
- Submissão no **SILiAmb**
- Universo definido no Art.º 98 n.º 1 do nRGGR
- Taxa SIRER
- Portugal Continental + RA Madeira

Edifício - SEDE - MURGUEIRA (APA00077658) - MIRR 2021

Estabelecimento	A	B	C1	C1 - Fluxos	C2	D1	D2	EB1	EB2	FER	Resumo
-----------------	---	---	----	-------------	----	----	----	-----	-----	-----	--------

Identificação

Estabelecimento	Edifício - SEDE - MURGUEIRA (APA00077658)
Telefone	214728373
CAE Principal	84123 - Administração Pública - atividades da cultura, desporto, recreativas, ambiente, habitação e de outras

Organização

Número de Identificação Fiscal	510306624
Nome/Denominação Social	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.
Email	sem@email.pt
País	Portugal
Morada	Rua da Murgueira, 9/9A
Localidade	AMADORA
CAE Principal	84123 - Administração Pública - atividades da cultura, desporto, recreativas, ambiente, habitação e de outras
CAE Secundário	--

Enquadramento MIRR

☐ Produtor de Resíduos  
☐ Operador de Gestão de Resíduos (processamento final de resíduos)  
☐ Operador de Gestão de Resíduos (processamento intermédio de resíduos)  
☐ Transportador de Resíduos  
☐ Corretor/comerciante de resíduos  
☐ Entidade responsável por movimentos transfronteiriços de resíduos sujeitos a notificação  
☐ Entidade responsável por movimentos transfronteiriços de resíduos não sujeitos a notificação  
☐ Operador Tratamento Resíduos que aplica Fim Estatuto Resíduo

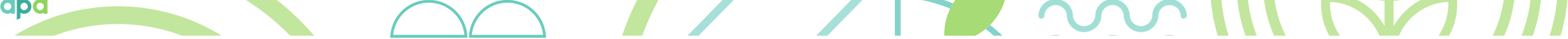
Fechar
Gravar



Enquadramento MIRR	Formulários
<b>Produtor de Resíduos</b>	<b>B</b>
<b>Operador de Gestão de Resíduos (processamento final de resíduos)</b>	<b>C1</b> C1-Fluxos*
<b>Operador de Gestão de Resíduos (processamento intermédio de resíduos)</b>	<b>C1+C2</b> C1-Fluxos*
Transportador de Resíduos (perigosos)	D1
Corretor/comerciante de resíduos (perigosos)	D2
Entidade responsável por movimentos transfronteiriços de resíduos sujeitos a notificação (Lista laranja)	-
Entidade responsável por movimentos transfronteiriços de resíduos não sujeitos a notificação - Lista verde (entradas em Portugal)	EB2
Operador Tratamento Resíduos que aplica Fim Estatuto Resíduo	C1; FER

## Produtor do Resíduo

- Criar estabelecimento SILiAmb apenas para obras com **duração  $\geq 1$  ano**
- P/ Obras com duração  $< 1$  ano, registrar produção de resíduos:
  - no estabelecimento SILIAMB mais próximo ou
  - no estabelecimento onde é efetuada a armazenagem preliminar (ex.<sup>o</sup>: estaleiro para várias obras)



Uma obra que **utilize RCD** configura sempre um **operador de tratamento de resíduos** que, cumprindo as regras gerais, estará isento de licenciamento, mantendo-se no entanto as restantes obrigações em matéria de resíduos(MIRR, e-GAR...)

A valorização interna de RCD, como por exemplo a britagem de RCD e subsequente integração na mesma obra constituem operações de tratamento de resíduos

Todos os locais que **recebem resíduos** (obras, estaleiros, armazéns) →**Estabelecimento SILiAmb**

Formulário C1





## Atividades de construção e demolição - OGR

### O que registrar e em que formulários do MIRR?

Britagem, triagem, incorporação em obra... alguns exemplos

Form.  
B+C1

#### ✓ Integração RCD na própria obra

- Formulário B – resíduos produzidos (produtor=transportador=destinatário)
- Formulário C1 – resíduos recebidos (= formulário B)
  - » Ex: se existir britagem do resíduo seguida de incorporação do resíduo britado na própria obra → registrar apenas a incorporação na obra (reciclagem R5)

Form.  
B+C1+C2

#### ✓ Britagem de RCD na obra A para integração na obra B

- Obra A preenche formulários B, C1 e C2
  - Formulário B – resíduos produzidos (produtor=transportador=destinatário)
  - Formulário C1 – “entrada” resíduos\* para valorização (Ex: R12: britagem, triagem)
  - Formulário C2 – “saída” resíduos para outra obra

Form.  
C1

- Obra B que apenas recebe RCD preenche formulário C1
  - registrar apenas a incorporação na obra (reciclagem R5)

\* de si próprio ou de outros



# MIRR e EGAR

**SILIAmb Réplica Produção**  
sistema integrado de licenciamento do ambiente

Recursos Hídricos  
Estabelecimentos  
Processos gerais  
**Resíduos**  
MTR - Lista Verde  
MIRR  
MRRU  
e-GAR  
Emissões Atmosféricas  
Licenciamento Único  
Perfil/Nomeações  
Mensagens [73]

< > Alterar Utilizador 186004664  
Utilizador do NIF 186004664 Ajuda Logout

**Nome do estabelecimento com o código APA00133451 (APA00133451) - MIRR 2015**

Estabelecimento A B C1 C2 D1 D2 EB1 EB2 Resumo

**Fichas sobre Produção de resíduos**

[exportação em PDF] [exportação em XLSX] Vai utilizar um ficheiro excel? Confira aqui como deve organizar os dados [pré-preencher] [upload em XLSX] [adicionar]

**Código LER**  
010102 - Resíduos da extração de minérios não metálicos

- Botão "Pré-preencher"
- Para formulários B, C1, C2, D1
- Utilizador valida, corrige/completa, se necessário, e submete



## Migram para o MIRR os dados das e-GAR:

- Nos estados “aceite”, “corrigida”, “correção negada” e “concluída”
- Cuja “data de início de transporte” dentro do período de registo MIRR (2021)
- Operação “AP –Armazenamento Preliminar” não migra
- Qualidade do Produtor ‘PI -Produtor inicial’ Formulário B
- Qualidade do Produtor ‘OGR’ Formulário C2
- E-GAR com perfis especiais de produtor (Obras RCD) não migram para o MIRR do produtor/detentor
- E-GAR com perfis especiais de produtor (Obras RCD) migram para o MIRR do destinatário e do transportador

